



SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2020

**Balço Patrimonial
Demonstração de Resultado
Demonstração do Resultado Abrangente
Demonstração dos Fluxos de Caixa
Demonstração do Patrimônio Líquido
Notas Explicativas
Demonstração dos Recursos de Consórcio
Demonstração de Variações nas Disponibilidades de Grupos
Relatório de Auditoria Independente
Relatório de Administração**

A administração se responsabiliza pelo conteúdo dos documentos contidos no presente arquivo.

www.sinosserra.com.br

Guilherme Zugno Reis
Diretor Responsável pela Contabilidade

Katia Cristina Reichert de Andrade
Contadora CRC-RS: 085035/O

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais e estatutárias, é com satisfação que submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Sinosserra Administradora de Consórcio S/A, colocamo-nos à inteira disposição para quaisquer esclarecimentos que julguem necessários.

Ilmos. Srs.
Diretores da
SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.
Porto Alegre - RS

Prezados Senhores,

Ao concluirmos os trabalhos de auditoria, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2020, apresentamos aos senhores, o que segue:

- 1. Disposições Preliminares;**
- 2. Relatório Sobre Normas Legais e Regulamentares;**
- 3. Relatório da Auditoria Independente sobre as Demonstrações Financeiras;**
- 4. Demonstrações Financeiras Levantadas em 31/12/2020 e 31/12/2019;**
- 5. Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras.**

Atenciosamente.



BARBACOVI & CIA. – AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/RS 2735 – CVM 5622

Antenor Barbacovi
Contador CRC/RS 32.825/O-2
CPF 218.610.800-34
CNAI 322

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Consoante o sistema de visitas periódicas, realizamos os trabalhos de auditoria nessa Administradora. Procedemos aos exames nos livros e documentos colocados à nossa disposição, bem como avaliamos os sistemas de controles internos e procedimentos contábeis, de acordo com as normas de auditoria e instruções do Banco Central do Brasil e na aplicação de outros procedimentos julgados necessários.

Em complemento, examinamos as Demonstrações Financeiras, em **31 de dezembro de 2020**, compreendendo o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, dos Recursos de Consórcio e das Variações nas Disponibilidades dos Grupos.

Em decorrência dos exames efetuados e visando atender ao disposto no item 2.1.20.7, do manual de normas e instruções do Banco Central do Brasil, descrevemos, a seguir, nossos comentários.

2. RELATÓRIO SOBRE NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES

Procedemos ao exame do Relatório de Auditoria Interna, emitido em 11/03/2021 pelo escritório Lauermann Schneider Auditores Associados, responsável pela verificação e análise dos controles internos da **SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.**, visando o cumprimento do disposto na Circular/BACEN nº 3.856 de 10/11/2017, resoluções do BACEN, atos normativos do Conselho Monetário Nacional e também o aprimoramento dos próprios controles internos.

A auditoria interna realizou exames referentes ao 2º semestre de 2020 considerando os procedimentos e operações realizadas pela administradora até a data de 31 de dezembro de 2020, com a emissão de relatório conclusivo em 11/03/2021, contendo o resultado dos trabalhos e as devidas recomendações, conforme abaixo resumimos:

a) Análise da Área Operacional (vendas e contemplações)

Foram analisados os procedimentos referentes às vendas de cotas e contemplações, não tendo sido apuradas inconsistências que mereçam ressalvas, tendo sido feita recomendação pontual sobre arquivamento de documentação.

b) Análise da Área de Ouvidoria

Foram analisados os procedimentos referentes a atuação da Ouvidoria da administradora, considerando o disposto nas Circulares do BACEN nºs 3.501/2010, 3.503/2010 e 3.729/2014, não tendo sido constatadas quaisquer ocorrências quanto aos canais para recepção de reclamações e denúncias, política e manual operacional, certificação, divulgação e registro e atendimento aos solicitantes.

c) Área Tributária

Foram conferidas as apurações de tributos (ISS, PIS, COFINS, IRPJ e CSLL) e entrega das obrigações acessórias.

d) Análise da Área de Prevenção à Lavagem de Dinheiro

A análise quanto as medidas de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo consistiu na verificação das políticas adotadas pela empresa, realização de testes e também da qualificação do pessoal envolvido.

Apresentados os apontamentos acima, com base no relatório de auditoria interna e, não tendo sido apontadas falhas e descumprimentos de normas que mereçam ser relatadas, entendemos que os controles internos referentes aos grupos de consórcio da **SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.** cumprem as exigências estabelecidas pela legislação.

RELATÓRIO DA AUDITORIA INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores e Acionistas da
SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as Demonstrações Financeiras da **SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, do seu resultado abrangente, das variações nas disponibilidades dos grupos e dos recursos coletados e utilizados dos grupos para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.** em 31 de dezembro de 2020, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, as variações do seu fluxo de caixa, as variações do seu resultado abrangente, as variações nas disponibilidades dos grupos e a movimentação dos recursos coletados e utilizados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras”. Somos independentes em relação à entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações Financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a declarar a este respeito.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A administração da empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações Financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Financeiras.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nosso objetivo é obter segurança razoável de que as Demonstrações Financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil, de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Concluimos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível como o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das Demonstrações Financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Auditoria dos Valores Correspondentes ao Exercício Anterior

As Demonstrações Financeiras levantadas em **31/12/2019**, apresentadas para fins de comparabilidade, também foram por nós auditadas sendo emitido relatório de auditoria independente em **16 de março de 2020**, sem ressalvas.

Porto Alegre, 18 de março de 2021.



BARBACOVİ & CIA. - AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/RS 2735 – CVM 5622

Antenor Barbacovi
Contador CRC/RS 32.825/O-2
CPF 218.610.800-34
CNAI 322

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.**CNPJ 87.852.273/0001-42****Balço Patrimonial Levantado
em 31 de Dezembro de 2020 e 2019****(Em R\$ mil)****ATIVO**

| | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
|---------------------------------------|----------------------|----------------------|
| <u>Circulante</u> | <u>17.489</u> | <u>9.593</u> |
| Caixa e Bancos | 19 | 61 |
| Títulos e Valores Mobiliários | 6.553 | 7.479 |
| Serviços Prestados a Receber | 218 | 75 |
| Adiantamento e Antecipações Salariais | 96 | 64 |
| Impostos a Recuperar | 232 | 551 |
| Devedores p/ Compra de Bens | 494 | 585 |
| Devedores p/ Compra de Participações | 647 | 717 |
| Títulos e Valores Mobiliários | 9.165 | 0 |
| Devedores Diversos - País | 50 | 54 |
| Despesas Antecipadas | 15 | 7 |
| <u>Não Circulante</u> | <u>41.093</u> | <u>49.514</u> |
| Realizável a Longo Prazo | | |
| Devedores p/ Compra de Bens | 2.354 | 2.941 |
| Devedores p/ Compra de Participações | 6.376 | 6.325 |
| Impostos Diferidos a Compensar | 215 | 216 |
| Recursos Ajuizados | | |
| Grupos Encerrados | 8.840 | 8.898 |
| Títulos e Valores Mobiliários | 0 | 10.547 |
| Aplicações em Quotas de Consórcios | 200 | 200 |
| Empréstimos a Grupos | 17.593 | 15.137 |
| Devedores por Depósito em Garantia | 493 | 467 |
| Investimentos em Imóveis | 4.603 | 4.557 |
| Imobilizado em Uso | 413 | 193 |
| Intangível | 6 | 33 |
| <u>Total do Ativo</u> | <u>58.582</u> | <u>59.107</u> |

PASSIVO

| | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
|--|----------------------|----------------------|
| <u>Circulante</u> | <u>34.261</u> | <u>35.750</u> |
| Dividendos a Pagar | 570 | 832 |
| Fiscais e Previdenciárias | 641 | 662 |
| Provisão para Pagamentos a Efetuar | 126 | 155 |
| Provisão para Férias e 13 Salário c/Encargos | 199 | 109 |
| Credores Diversos - País | 2.836 | 2.553 |
| Recursos a Devolver a Consorciados | 29.243 | 30.890 |
| Provisão p/Contingências Trabalhistas | 646 | 549 |
| <u>Não Circulante</u> | <u>9.055</u> | <u>9.795</u> |
| Fiscais e Previdenciárias | 0 | 652 |
| Impostos Diferidos | 215 | 246 |
| Obrigações Ajuizadas Grupos Encerrados | 8.840 | 8.897 |
| <u>Patrimônio Líquido</u> | <u>15.266</u> | <u>13.562</u> |
| Capital Social | 4.500 | 4.500 |
| Reserva de Capital | 510 | 510 |
| Reservas de Lucros | 10.384 | 8.552 |
| Ações em Tesouraria | (128) | 0 |
| <u>Total do Passivo</u> | <u>58.582</u> | <u>59.107</u> |

**Demonstração do Resultado Levantado
em 31 de Dezembro de 2020 e 2019**

(Em R\$ mil)

| | <u>2º Sem/2020</u> | <u>Ano 2020</u> | <u>Ano 2019</u> |
|---|-----------------------|------------------------|------------------------|
| <u>Receitas Operacionais</u> | <u>11.968</u> | <u>21.892</u> | <u>22.286</u> |
| Receita de Prestação de Serviços | 10.204 | 19.124 | 18.860 |
| Rendas de Títulos e Valores Mobiliários | 228 | 532 | 1.210 |
| Outras Receitas Operacionais | 1.536 | 2.236 | 2.216 |
| <u>Despesas Operacionais</u> | <u>(9.289)</u> | <u>(18.338)</u> | <u>(22.361)</u> |
| Despesas com Pessoal | (1.400) | (3.091) | (4.325) |
| Despesas Tributárias | (5.291) | (6.623) | (3.091) |
| Despesas Administrativas | (1.525) | (6.940) | (13.444) |
| Despesas Financeiras | (443) | (589) | (457) |
| Outras Despesas Operacionais | (632) | (1.049) | (968) |
| Resultado Extraordinário | 2 | (46) | (76) |
| Resultado antes da Tributação s/Lucros | 2.679 | 3.554 | (75) |
| Imposto de Renda | (646) | (835) | 203 |
| Contribuição Social | (243) | (317) | 62 |
| Resultado Líquido do Exercício | <u>1.790</u> | <u>2.402</u> | <u>190</u> |
| Resultado Líquido por Ação | <u>0,3978</u> | <u>0,5338</u> | <u>0,0422</u> |

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Levantadas
em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019
(Em R\$ mil)**

| Eventos/Contas | Capital | Reserva | Reservas de Lucros | | | | Ações | Lucros | Total |
|---------------------------------|--------------|----------------------------------|--------------------|---------------|-------------|--------------|------------------|------------|----------------|
| | | Capital | Legal | Aumento | Amortização | Lucros | | | |
| Ano | Social | Ágio Alienação Ações Próprias | | de Capital | Prejuízos | Retidos | em Tesouraria | Acumulados | |
| Saldo em 31/12/2018 | 4.500 | 510 | 997 | 771 | 230 | 5.759 | 0 | 0 | 12.767 |
| Pagto. Dividendos Suplementares | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | (1.000) | (1.000) |
| Reversão de Reservas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | (1.000) | 0 | 1.000 | 0 |
| Resultado do Período | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 190 | 190 |
| Juros sobre Capital Próprio | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | (700) | (700) |
| Resultado Abrangente | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3.137 | 3.137 |
| Destinação do Resultado | | | | | | | | | 0 |
| Dividendos Propostos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | (832) | (832) |
| Reserva de Lucros Retidos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1.795 | 0 | (1.795) | 0 |
| Saldo em 31/12/2019 | 4.500 | 510 | 997 | 771 | 230 | 6.554 | 0 | 0 | 13.562 |
| Ações em Tesouraria | | | | | | | (128) | | (128) |
| Resultado do Período | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2.402 | 2.402 |
| Destinação do Resultado | | | | | | | | | |
| Reserva Legal | 0 | 0 | 120 | 0 | 0 | 0 | 0 | (120) | 0 |

| | | | | | | | | | |
|----------------------------|--------------|------------|--------------|------------|------------|--------------|--------------|----------|---------------|
| Dividendos Propostos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | (570) | (570) |
| Reserva de Lucros Retidos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1.712 | 0 | (1.712) | 0 |
| Saldo em 31/12/2020 | 4.500 | 510 | 1.117 | 771 | 230 | 8.266 | (128) | 0 | 15.266 |

| 2o. Semestre/2020 | Capital Social | Reserva Capital | Reservas de Lucros | | | Ações em Tesouraria | Lucros Acumulados | Total | |
|-----------------------------|----------------|-------------------------------|--------------------|--------------------|-----------------------|---------------------|-------------------|----------|----------------|
| | | Ágio Alienação Ações Próprias | Legal | Aumento de Capital | Amortização Prejuízos | | | | Lucros Retidos |
| Eventos/Contas | | | | | | | | | |
| Saldo em 30/06/2020 | 4.500 | 510 | 997 | 771 | 230 | 7.166 | (112) | 0 | 14.062 |
| Ações em Tesouraria | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | (16) | 0 | (16) |
| Resultado do Período | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1.790 | 1.790 |
| Juros sobre Capital Próprio | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Destinação do Resultado | | | | | | | | | |
| Reserva Legal | 0 | 0 | 120 | 0 | 0 | 0 | 0 | (120) | 0 |
| Dividendos Propostos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | (570) | (570) |
| Reserva de Lucros Retidos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1.100 | 0 | (1.100) | 0 |
| Saldo em 31/12/2020 | 4.500 | 510 | 1.117 | 771 | 230 | 8.266 | (128) | 0 | 15.266 |

**Demonstração do Resultado Abrangente
em 31 de Dezembro de 2020 e 2019**

(Em R\$ mil)

| | <u>2º Sem/2020</u> | <u>Ano</u> | <u>Ano</u> |
|---------------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
| Resultado Líquido do Exercício | 1.790 | 2.402 | 190 |
| Juros Selic s/ Ganhos Ações | 0 | 0 | 2.215 |
| Lucro c/ação CPMF | 0 | 0 | 1.397 |
| Impostos sobre Lucro | 0 | 0 | (475) |
| Resultado Abrangente | <u>1.790</u> | <u>2.402</u> | <u>3.327</u> |

**Demonstração do Fluxo de Caixa Levantado
em 31 de Dezembro de 2020 e 2019
(Em R\$ mil)**

| | <u>2° Sem/202 0</u> | <u>Ano 2020</u> | <u>Ano 2019</u> |
|---|-----------------------------|---------------------|---------------------|
| <u>Fluxo das Atividades Operacionais</u> | (204) | (1.060) | (380) |
| Resultado Líquido do Exercício | 1.790 | 2.402 | 190 |
| Ajustes ao Resultado: | | | |
| Resultado Abrangente | 0 | 0 | 3.137 |
| Despesas de Depreciação e Amortização | 29 | 51 | 41 |
| Baixas Imóveis | 0 | 0 | 263 |
| Baixas Imobilizado | 14 | 14 | 1 |
| Baixas Intangível | 27 | 27 | 0 |
| Provisão para Contingências Trabalhistas | 16 | 97 | 123 |
| Impostos Diferidos a Compensar | (1) | 1 | (20) |
| Provisão para Impostos Diferidos | (14) | (31) | (27) |
| Variações no Ativo Circulante | | | |
| Serviços Prestados a Receber | (106) | (143) | (65) |
| Adiantamento e Antecipações Salariais | (22) | (32) | (29) |
| Impostos a Recuperar | 267 | 319 | 459 |
| Devedores p/ Compras de Bens | 54 | 91 | (43) |
| Devedores p/Compras Participações | (18) | 70 | 178 |
| Devedores Diversos - País | 46 | 4 | 60 |
| Despesas Antecipadas | 22 | (8) | (4) |
| Variações no Passivo Circulante | | | |
| Fiscais e Previdenciárias | (646) | (21) | (3) |
| Provisão para Pagamentos a Efetuar | (113) | (29) | 22 |
| Provisão Férias e 13º Salário | (34) | 90 | 38 |
| Credores Diversos - País | 426 | 283 | 797 |
| Recursos a Devolver a Consorciados | (1.250) | (1.647) | (1.819) |
| Variações no Ativo Não Circulante | | | |
| Devedores p/ Compra de Bens | | | |

| | | | |
|--|--------------------|---------------------|-----------------------|
| | 176 | 587 | 424 |
| Devedores p/Compras Participações | 124 | (51) | 386 |
| Empréstimos a Grupos | (468) | (2.456) | (3.943) |
| Devedores por Depósito em Garantia | 17 | (26) | (352) |
| Variações no Passivo Não Circulante | | | |
| Obrigações Fiscais e Previdência | (540) | (652) | (194) |
| <u>Fluxo das Atividades de Investimento</u> | <u>128</u> | <u>924</u> | <u>1.670</u> |
| Títulos e Valores Mobiliários | 218 | 1.382 | 1.713 |
| Investimentos em Imóveis | 0 | (46) | (37) |
| Aquisição de Imobilizado | (74) | (284) | (5) |
| Aquisição de Intangível | 0 | 0 | (1) |
| Ações em Tesouraria | (16) | (128) | 0 |
| <u>Fluxo das Atividades de Financiamento</u> | <u>0</u> | <u>(832)</u> | <u>(1.963)</u> |
| Dividendos Propostos/Pagar | 0 | (832) | (263) |
| Dividendos Suplementares | 0 | 0 | (1.000) |
| Juros sobre Patrimônio | 0 | 0 | (700) |
| <u>Variações do Caixa e Equivalentes de Caixa</u> | <u>(76)</u> | <u>(968)</u> | <u>(673)</u> |
| <u>Caixa e Equivalentes de Caixa</u> | | | |
| No Início do Exercício | 6.648 | 7.540 | 8.213 |
| No Final do Exercício | <u>6.572</u> | <u>6.572</u> | <u>7.540</u> |
| <u>Variações do Caixa e Equivalentes de Caixa</u> | <u>(76)</u> | <u>(968)</u> | <u>(673)</u> |

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

**Demonstração dos Recursos de Consórcio Levantada em
em 31 de Dezembro de 2020 e 2019**

(Em R\$ mil)

ATIVO

| | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
|--|--------------------------------|--------------------------------|
| <u>Circulante</u> | <u>194.101</u> | <u>188.719</u> |
| Disponibilidades | 165 | 192 |
| Aplicações Financeiras | 68.921 | 72.422 |
| Outros Créditos | 125.015 | 116.105 |
| Bens Apreendidos | 0 | 20 |
| Contribuições a Receber Normais | 107.387 | 101.737 |
| Contribuições a Receber Atraso | 2.244 | 3.015 |
| Contribuições a Receber Ajuizadas | 15.384 | 11.333 |
| <u>Compensação</u> | <u>871.859</u> | <u>880.068</u> |
| Prev. Mensal Recursos a Receber de Consorticiados | 4.249 | 4.223 |
| Contribuições Devidas aos Grupos | 469.110 | 464.851 |
| Consorticiados - Bens a Contemplar | 398.500 | 410.994 |
| <u>Total do Ativo</u> | <u><u>1.065.960</u></u> | <u><u>1.068.787</u></u> |

**Demonstração dos Recursos de Consórcio Levantada em
em 31 de Dezembro de 2020 e 2019**

(Em R\$ mil)

PASSIVO

| | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|---|-------------------|-------------------|
| <u>Circulante</u> | 194.101 | 188.719 |
| Obrigações com Consorciados | 56.947 | 64.971 |
| Valores a Repassar | 6.450 | 5.502 |
| Obrigações com Contemplações | 53.859 | 51.828 |
| Obrigações com a Administradora | 10.560 | 8.108 |
| Recursos a Devolver a Consorciados Ativos | 42 | 22 |
| Recursos a Devolver a Consorciados | | |
| Desistentes | 53.665 | 46.447 |
| Recursos do Grupo | 12.578 | 11.841 |
| <u>Compensação</u> | 871.859 | 880.068 |
| Recursos Mensais a Receber de Consortiados | 4.249 | 4.223 |
| Obrigações do Grupo | 469.110 | 464.851 |
| Bens a Contemplar | 398.500 | 410.994 |
| <u>Total do Passivo</u> | 1.065.960 | 1.068.787 |

**Demonstração das Variações das Disponibilidades dos Grupos Levantada
em 31 de Dezembro de 2020 e 2019**

(Em R\$ mil)

| | <u>2º Sem/2020</u> | <u>Ano 2020</u> | <u>Ano 2019</u> |
|---|--------------------|-----------------|-----------------|
| <u>Disponibilidades no Início do Período</u> | 78.950 | 72.622 | 63.809 |
| Depósitos Bancários | 261 | 200 | 265 |
| Aplicações Financeiras | 78.689 | 72.422 | 63.544 |
| (+)Recursos Coletados | 54.086 | 100.030 | 101.067 |
| Contribuições p/Aquisição de Bens | 41.563 | 75.081 | 73.732 |
| Taxa de Administração | 9.618 | 18.092 | 17.516 |
| Contribuição ao Fundo de Reserva | 272 | 487 | 473 |
| Rendimentos de Aplicações Financeiras | 117 | (138) | 1.330 |
| Multas e Juros | 215 | 404 | 518 |
| Prêmios de Seguros | 931 | 1.813 | 1.840 |
| Outros | 1.370 | 4.291 | 5.658 |
| (-)Recursos Utilizados | 63.950 | 103.566 | 92.254 |
| Aquisição de Bens | 50.058 | 78.281 | 63.945 |
| Taxa de Administração | 9.542 | 17.989 | 17.518 |
| Multas/Juros Repass.Administradora | 113 | 203 | 257 |
| Prêmios de Seguros Pagos | 933 | 1.814 | 1.828 |
| Devoluções a Consorciados Desligados | 548 | 887 | 1.213 |
| Outros | 2.756 | 4.392 | 7.493 |
| <u>Disponibilidades no Final do Período</u> | 69.086 | 69.086 | 72.622 |
| Depósitos Bancários | 165 | 165 | 200 |
| Aplicações Financeiras | 68.921 | 68.921 | 72.422 |

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A **SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.**, é uma sociedade limitada, com sede na Rua Cânciao Gomes, nº 344, Porto Alegre - RS, que tem por objetivo a administração de consórcios destinados à aquisição de bens de consumo durável por seus participantes.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei 6.404/76 alterada pela Lei 11.638/07 e 11.941/09, nos Pronunciamentos, Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores e também às normas do Banco Central do Brasil, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

A Administração entende que as Demonstrações Financeiras representam adequadamente a posição financeira e patrimonial, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, as variações dos seus fluxos de caixa, as variações dos recursos de consórcios e as variações nas disponibilidades dos grupos.

NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas Demonstrações Financeiras estão descritas a seguir:

a) Estimativas Contábeis

A elaboração de Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Empresa use julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para devedores duvidosos, impostos diferidos, provisão para contingências e mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo denominados em reais, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos não superiores a 90 dias, ou para os quais inexistem multas ou quaisquer outras restrições de resgate imediato.

c) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Empresa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e, incluem caixa e

equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros que não sejam reconhecidos pelo valor justo através do resultado, são acrescidos de quaisquer custos de transações diretamente atribuíveis.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme descrito abaixo:

c.1) Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado, se a Empresa gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

c.2) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado, por meio de utilização do método de taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

d) Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos

Os ativos e passivos monetários, quando aplicável, são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos contratuais. A empresa não identificou valores no longo prazo e, relevantes no curto prazo, a serem ajustados ao valor presente.

e) Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionado de juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção. Nos termos da Lei nº. 11.638/2007, as depreciações dos ativos foram computadas com base na vida útil do bem, de acordo com as taxas informadas na Nota Explicativa nº 09, considerando o valor residual esperado. Melhorias nos bens existentes são acrescidas ao imobilizado e, custos de manutenção e reparo são lançados a resultado quando incorridos.

f) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e provisão perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são representados por aquisições de software e taxas de manutenção de marca.

g) Avaliação do Valor Recuperável dos Ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

h) Outros Ativos e Passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

i) Passivos Contingentes e Obrigações Legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **(i)** passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e, os passivos contingentes, avaliados como perdas remotas não são provisionados e, tampouco, divulgados; **(ii)** obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de eventuais processos em que a Empresa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

j) Imposto de Renda e Contribuição Social

Foram calculados pelas alíquotas regulares de 15% acrescida de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, sendo apurados com base no lucro real.

k) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, observado o regime pro rata dia, exceto quanto à taxa de administração e as comissões de vendas, que são registradas pelo regime de caixa, conforme determinam as normas do Banco Central do Brasil.

NOTA 04 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – CIRCULANTE

| | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
|------------------------------|-------------------|-------------------|
| Cotas de Fundos Referenciado | 5.504 | 6.042 |

| | | |
|------------------------------|--------------|--------------|
| Cotas de Fundos Multimercado | 1.049 | 1.437 |
| Total | 6.553 | 7.479 |

NOTA 05 – IMPOSTOS DIFERIDOS A COMPENSAR

Valor referente a CSLL e IRPJ sobre provisões cíveis e trabalhistas.

| | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Provisões Trabalhistas | 100 | 164 |
| Provisões Representantes | 310 | 310 |
| Provisões Para outros Pagamentos | 223 | 161 |
| (=) Diferenças Temporárias – IRPJ | 633 | 635 |
| IRPJ 25% | 158 | 159 |
| CSLL 9% | 57 | 57 |
| Total | 215 | 216 |

NOTA 06 – RECURSOS AJUIZADOS DE GRUPOS ENCERRADOS

Os recursos ajuizados são valores a receber e bens apreendidos, referentes a grupos encerrados, cujos controles encontram-se na Administradora, estando esta obrigação registrada na conta “Obrigações Ajuizadas de Grupos Encerrados – Passivo Não Circulante”.

NOTA 07 – APLICAÇÕES EM QUOTAS DE CONSÓRCIOS

Trata-se de aplicações em cotas de consórcios, onde a Administradora somente irá resgatar os valores após a contemplação de todos os demais participantes.

NOTA 08 – EMPRÉSTIMOS A GRUPOS

Referem-se a valores aportados nos grupos de consórcios. Na medida em que os recursos são cobrados os mesmos são devolvidos para a Administradora.

NOTA 09 – IMOBILIZADO

| Contas | Taxa % Deprec. | Em Milhares de Reais | |
|--------------------------------------|-------------------|----------------------|-------------------|
| | | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
| Instalações | 1,5 a 4% | 0 | 5 |
| Móveis e Utensílios | 2 a 8% | 219 | 219 |
| Sistemas de Segurança | 10% | 135 | 35 |
| Computadores e Periféricos | 5 a 13% | 190 | 177 |
| Benfeitorias em Imóveis de Terceiros | 10% | 85 | 0 |
| Veículos | 10% | 306 | 142 |

| | | |
|--------------------------------|------------|------------|
| Custo Histórico Corrigido | 935 | 578 |
| (-) Depreciações Acumuladas | (522) | (385) |
| Valor Residual Contábil | 413 | 193 |

NOTA 10 – OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Referem-se a contribuições e retenções incidentes sobre folha de pagamento e impostos incidentes sobre faturamento, os quais são apropriados e recolhidos mensalmente.

NOTA 11 – VALORES A DEVOLVER A CONSORCIADOS DESLIGADOS

Estão representados, basicamente, por recursos a distribuir relativos a fundo de reserva e as obrigações a pagar a consorciados desistentes de grupos encerrados. Os mesmos se encontram a disposição dos beneficiários.

NOTA 12 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS TRABALHISTAS

As ações judiciais (trabalhistas) foram provisionadas com base em opinião de assessores jurídicos, quando da notificação judicial e cujo risco de perda é considerado provável (perda em primeira instância ou instâncias superiores).

NOTA 13 - PROVISÃO IMPOSTOS SOBRE LUCRO DIFERIDO

Trata-se de provisão de IRPJ e CSLL incidentes sobre ativos reavaliados, sendo realizada à medida que os ativos são depreciados ou alienados.

NOTA 14 – RECONCILIAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA

A reconciliação entre a despesa com imposto de renda e contribuição social e as alíquotas efetivas está assim demonstrada:

| | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Lucro antes da CSLL/IRPJ | 3.554 | 3.536 |
| Adições | | |
| Provisões Não Dedutíveis | 162 | 176 |
| Outras adições | 17 | 151 |
| Exclusões | | |
| Juros s/Capital Próprio | 0 | (700) |
| Receita c/Recuperação de Tributos | 0 | (2.215) |
| Incentivo Fiscal - Lei do Bem | 0 | (127) |
| Reversão provisões para contingências cíveis e trabalhistas | (211) | (58) |
| Base de Cálculo da CSLL | 3.522 | 763 |
| Realização Diferimento venda Ativo permanente | 124 | 110 |
| Base de Cálculo do IRPJ | 3.646 | 873 |

| | | |
|--|--------------|------------|
| CSLL – 9% | (316) | (69) |
| CSLL Diferida a Compensar – 9% | (1) | 5 |
| CSLL Resultado Abrangente - 9% | 0 | 126 |
| Total CSLL | (317) | 62 |
| IRPJ – 15% | (547) | (131) |
| Adicional de IRPJ – 10% | (341) | (63) |
| IRPJ Resultado Abrangente | 0 | 349 |
| (-) Incentivos Fiscais – Dedução | 22 | 6 |
| IRPJ Diferido a Pagar (Provisão) – 25% | 30 | 28 |
| IRPJ Diferido a Compensar (Reversão) – 25% | 1 | 14 |
| Total IRPJ | (835) | 203 |

NOTA 15 – PARTES RELACIONADAS

a) Devedores por Compras de Bens (Ativo)

Valor referente à venda de imóveis não de uso. As parcelas são atualizadas pelas variações do IGP-M e geraram uma receita financeira de R\$ 45 (mil) em 2020 e R\$ 65 (mil) em 2019.

| Partes Relacionadas | Circulante | | Não Circulante | |
|------------------------|------------|------------|----------------|--------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Sinoscar S.A. | 294 | 336 | 1.054 | 1.372 |
| Zugno & Masbo Ltda | 200 | 226 | 1.300 | 1.490 |
| Terceiros | 0 | 23 | 0 | 79 |
| Total | 494 | 585 | 2.354 | 2.941 |

b) Devedores por Compra de Participações (Ativo)

Nesta rubrica estão registrados os valores a receber pela venda de participações as empresas Companhia de Participações Sinosserra (ligada) e Themar Participações Ltda. (controladora), gerando uma receita financeira de R\$ 90 (mil) no 2º semestre de 2020.

| Parte Relacionada | Objeto | Circulante | | Não Circulante | |
|-----------------------|------------------------------|------------|------------|----------------|--------------|
| | | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Themar Part. Ltda. | Venda ações em tesouraria | 136 | 117 | 1.480 | 1.388 |
| Themar Part. Ltda. | Venda participação Therrenos | 511 | 134 | 4.896 | 0 |
| Cia. Sinosserra Part. | Venda participação Guaibacar | 0 | 466 | 0 | 4.937 |
| Total | | 647 | 717 | 6.376 | 6.325 |

c) Títulos e Valores Mobiliários – Ativo Circulante

O valor de R\$ 9.165 (mil) refere-se à letra de câmbio pós-indexada, adquirida junto à empresa ligada Sinosserra Financeira S.A., com data de vencimento até 30/12/2021.

d) Operações com Empresas Ligadas

A empresa contratou a Sinosserra Prestação de Serviços de Relacionamento e Atendimento ao Cliente Ltda. para que esta prestasse serviços na área de cobranças, resultando em uma despesa de R\$ 1.694 (mil) no ano de 2020 e R\$ 1.760 (mil) em 2019.

A empresa pagou comissões de vendas às ligadas Sinoscar S.A. e Guaibacar Veículos e Peças Ltda. nos valores de R\$ 13 (mil) em 2020 e 2019. Pagou também alugueis para a empresa ACASA no valor de R\$ 24.

NOTA 16 – IMPOSTOS DIFERIDOS S/RECEITAS

Valor referente a diferimento de resultado de venda de ativo permanente a ser realizado em exercício seguinte:

| <u>Descrição</u> | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Receitas Venda Bens Ativo Permanente | 859 | 983 |
| IRPJ Diferido 25% | 215 | 246 |

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital Social** - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 4.500.000 ações, todas ordinárias nominativas e sem valor nominal.

b) Dividendos Propostos

| | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Resultado do Exercício | 2.402 | 3.327 |
| (-) Reserva Legal (5%) | (120) | 0 |
| (=) Base de Cálculo Dividendo Obrigatório | 2.282 | 3.327 |
| Dividendo Obrigatório (25%) | 570 | 832 |

c) Reserva de Lucros Retidos

A parcela não distribuída dos lucros, que monta em R\$ 1.711 (Mil), foi destinada para a reserva de lucros retidos para futura destinação: aumento de capital, ou distribuição de lucros.

NOTA 18- PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

a) Grupos de Consórcio

| | <u>31/12/2020</u> | <u>31/12/2019</u> |
|--------------------------------|-------------------|-------------------|
| Grupos Administrados | 20 | 21 |
| Bens Entregues | 692 | 569 |
| Bens Pendentes de Entrega | 500 | 476 |
| Taxa de Inadimplência | 7,87% | 8,77% |
| Consorticiados Ativos | 5.330 | 5.250 |
| Desistentes e Excluídos no ano | 652 | 941 |

b) Aplicações Financeiras - Representam os recursos disponíveis e outros ainda não utilizados pelos grupos de consórcio, ou aplicações efetuadas em nome de consorciados contemplados as quais são mantidas em conta para aplicação diária em operações à ordem do Banco Central do Brasil. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao fundo comum e/ou fundo de reserva de cada grupo ou consórcio contemplado, diariamente, não incidindo sobre estes a taxa de administração.

c) Bens Apreendidos - Destina-se ao registro de bens apreendidos de clientes inadimplentes.

d) Contribuições a Receber Normais - São registrados os valores devidos a título de fundo comum e de fundo de reserva, a receber de consorciados contemplados.

e) Contribuições a Receber em Atraso - Registra os valores devidos a título de fundo comum e de fundo de reserva, a receber de consorciados contemplados em atraso.

f) Contribuições a Receber Ajuizadas - Registra o valor das contribuições a receber de consorciados contemplados que estejam em atraso, com ação ajuizada.

g) Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados – Compensado - Nesta conta é registrada a previsão de recebimentos de contribuições ao fundo comum e de reserva de consorciados ativos para o mês de **Janeiro de 2021** sendo que o montante foi calculado com base no preço do bem vigente em **31 de dezembro de 2020**, conforme determina a Circular nº 2.381/93 do Banco Central do Brasil.

h) Contribuições Devidas aos Grupos - Referem-se ao valor total das contribuições ao fundo comum e de reserva devidas pelos consorciados ativos até o final do grupo.

i) Consorciados - Bens a Contemplar - Referem-se ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras até o final do grupo, calculado com base no preço do bem vigente no período.

j) Obrigações com Contemplações - Nesta conta são registrados os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias.

k) Recursos a Devolver a Consorciados Ativos - Representam os recursos a devolver referentes ao rateio de encerramento do grupo ou pelos excessos de amortização.

l) Recursos a Devolver a Consorciados Desistentes - Nesta conta são registrados os recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos quando do encerramento do grupo, representados por valores efetivamente recebidos para aquisição do bem e fundo de reserva, acrescidos da remuneração contratual.

m) Recursos do Grupo - Nesta conta são registrados os recursos do grupo a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, formado pelos valores recebidos a título de fundo de reserva acrescido dos respectivos rendimentos financeiros.

Porto Alegre, 16 de março de 2021.

GUILHERME ZUGNO REIS

Diretor

ANDRÉ JACOBUS BERLITZ

Diretor

KÁTIA C. REICHERT DE ANDRADE

Contadora CRC/RS 85.035/O-6